

Doutrina

[O USUCAPIÃO NA ATUAL CONSTITUIÇÃO](#)

Artur Marques da Silva Filho

[SISTEMA PROTETIVO DO CONSUMIDOR NAS OPERAÇÕES POR MEIO DIGITAL NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO](#)

Emerson Penha Malheiro

[A TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE APLICADA AO INVESTIMENTO EM STARTUPS](#)

Giulliano Tozzi Coelho

[MEIOS ALTERNATIVOS PRÉ-CONTENCIOSOS, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E OS DISPUTE BOARDS NOS CONTRATOS](#)

Delosmar Domingos de Mendonça Neto e Luciano Cezar Vernalha Guimarães

[A ERA NEOPROCESSUAL DO PROCESSO CIVIL E A RELAÇÃO COM A TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO, ILUSTRADAS PELA ANÁLISE DO INCISO IV DO ART. 139 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL](#)

Carlos José Cordeiro e Raíssa Vieira de Gouveia

[PARECER](#)

Vera Jacob de Fradera

[O TURISMO E OS ANIMAIS SILVESTRES NA REALIDADE AMAZÔNICA: perspectivas constitucionais](#)

Nicole Farias Rodrigues

[CRÍTICA À ESTIPULAÇÃO DA GUARDA COMPARTILHADA COMO REGRA: reflexão sobre o convívio equilibrado e a tutela do menor](#)

Marcelo H. G. Rivera M. Santos

ACÕES POSSESSÓRIAS: a perda da força cogente da decisão liminar possessória em razão do tempo

João Paulo Marques dos Santos e Júlio César Mendes Brasil

ONEROSIDADE EXCESSIVA POR ALTERAÇÕES DAS CIRCUNSTÂNCIAS: análise comparativa das disciplinas jurídicas de Brasil e Portugal

Rodrigo Goulart de Freitas Pombo

AS CONVENÇÕES PROCESSUAIS VISTAS COMO UM POSSÍVEL LIMITE AOS PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ

Gustavo Fávero Vaughn, Renato Caldeira Grava Brazil e Giovani dos Santos Ravagnani

DO DESENHO NORMATIVO DO DIREITO DE GREVE DO SERVIDOR PÚBLICO CONSTRUÍDO PELA JURISPRUDÊNCIA DO STF

Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson, Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson e Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira

A PRÁTICA DO CYBERSQUATTING NO BRASIL

Adriana Gomes dos Santos, Maria Antonieta Lynch de Moraes e Maria Gabriela de Carvalho Magalhães Varela

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL: há efetividade?

Graciele Cristina Alves Ribeiro e Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas

O CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS ARBITRAIS DESFAVORÁVEIS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

João Pedro Accioly

A ANÁLISE DA CAPACIDADE CIVIL À LUZ DO ESTATUTO DO DEFICIENTE: inclusão, proteção ou desproteção da dignidade da pessoa humana?

Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas e João Paulo de Carvalho Cruz

UMA INTRODUÇÃO AO DUALISMO DIALÓGICO, OU A INFLUÊNCIA DA TEORIA DO DIÁLOGO DAS FONTES NA TEORIA DO DIREITO CONSTITUCIONAL

Julio Pinheiro Faro Homem de Siqueira

Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal

[DECADÊNCIA – Inocorrência – Ato concessivo de pensão por morte – Natureza complexa do ato que só se completa com o exame de legalidade e registro no Tribunal de Contas da União – Início da fluência do prazo decadencial que se dá com o aperfeiçoamento da concessão – Inteligência do art. 54 da Lei 9.784/1999.](#)

Superior Tribunal de Justiça

[AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INCLUSÃO FRAUDULENTA DE SÓCIO NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA. DANO MORAL CARACTERIZADO. MONTANTE INDENIZATÓRIO. PLEITO DE REDUÇÃO. NÃO DEMONSTRADA A ABUSIVIDADE NO VALOR FIXADO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. RECURSO NÃO PROVIDO.](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

[IMISSÃO NA POSSE – Citação – Nulidade – Ocorrência – Cônjuge que não foi citado para integrar a lide – Hipótese que versa sobre direitos reais imobiliários que requer o litisconsórcio passivo necessário – Inteligência dos arts. 1.647, II, do CC e 10, § 1º, I, do CPC/1973.](#)

Supremo Tribunal Federal

[SIGILO BANCÁRIO - Quebra - Admissibilidade - Medida que é exceção e deve sempre passar pelo crivo do Poder Judiciário - Hipótese que se adequa à previsão constitucional e objetiva, ademais, a elucidação de fatos em investigação criminal ou instrução penal.](#)

Superior Tribunal de Justiça

[LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM – Ocorrência – Ação civil pública – Ministério Público – Demanda que visa o reconhecimento de irregularidade de loteamento – Ofensa à ordem urbanística e ao meio ambiente que legitima a atuação do Parquet.](#)

Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo

[CRIME MILITAR – Descumprimento de missão – Caracterização – Milicianos que descumpriram a ordem determinada no cartão de prioridade de patrulhamento – Conjunto probatório robusto que demonstra a autoria e materialidade do fato – Condenação que se impõe, ademais, no seu patamar mínimo – Inteligência do art. 196 do CPM.](#)

Supremo Tribunal Federal

LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM – Ocorrência – Ação de cobrança de expurgos inflacionários movida por sindicato – Entidade que possui ampla legitimidade na defesa dos direitos coletivos e individuais dos integrantes da categoria representada, independente de autorização dos substituídos.

Tribunal Superior Eleitoral

Propaganda irregular – Inocorrência – Realização de comício em bem de uso comum sem veiculação de propaganda – Hipótese que possui regramento próprio no art. 39 da Lei 9.504/1997, não sendo limitada pelo art. 37 da Lei das Eleições – Argumentos, ademais, que caracteriza inovação recursal incabível no momento processual.

Superior Tribunal de Justiça

COMPETÊNCIA – Venda de gabarito falso de concurso da Marinha do Brasil – Conduta estelionatária que causou prejuízo apenas a patrimônio de particular – Julgamento afeto à Justiça Estadual.

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS – Obrigação alimentar avoenga – Prisão civil – Inadmissibilidade – Prestação de alimentos pelos avós que possui caráter complementar e subsidiário – Existência, ademais, de meios executivos e coercitivos mais adequados – Concessão da ordem que se impõe.

Supremo Tribunal Federal

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA – Inaplicabilidade – Operação clandestina de radiodifusão – Atuação ilegítima capaz de interferir no funcionamento regular de serviços autorizados que impede a pretendida aplicação do postulado – Inteligência do art. 183 da Lei 9.472/1997.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

ATO ADMINISTRATIVO – Meio ambiente – Centro de controle de zoonoses – Determinação de submissão à eutanásia de animal portador de Leishmaniose canina – Inadmissibilidade – Cão que está sendo tratado com novo medicamento – Hipótese, ademais, de ausência de risco para outros animais e humanos, devendo ser resguardados os direitos subjetivos dos animais.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

[MEDIDA CAUTELAR – Representação por inconstitucionalidade – Suspensão de Lei estadual que institui novas faixas de contribuição do ITCMD – Admissibilidade – Existência de indícios de ofensa à Constituição Estadual e a proximidade do término da vacatio legis que fundamentam a concessão da medida.](#)

Supremo Tribunal Federal

[REPERCUSSÃO GERAL – Ocorrência – Licitude de prova obtida mediante acesso, sem autorização judicial, à agenda telefônica e registro de chamadas em aparelho celular encontrado no local do crime – Tema que apresenta densidade constitucional elevada e extrapola os interesses subjetivos das partes.](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul

[DANO MORAL – Indenização – Empregado de empresa privada que é demitido em decorrência de informação inverídica emitida pelo Estado sobre sua escolaridade – Nexo causal existente entre a conduta do ente público e o dano ocorrido – Hipótese de dano moral puro, ademais, que dispensa prova do efetivo prejuízo sofrido – Verba devida.](#)

Superior Tribunal de Justiça

[COMPETÊNCIA – Demandas cíveis ilíquidas contra massa falida em litisconsórcio passivo com pessoa jurídica de direito público – Julgamento afeto ao juízo cível em que foi proposta a ação de conhecimento – Necessidade, ademais, de observar as normas de organização judiciária do órgão quanto a competência para julgar ações contra a Fazenda Pública.](#)

Superior Tribunal de Justiça

[HABEAS CORPUS – Impetração originária do writ em substituição ao recurso ordinário na Corte Superior – Inadmissibilidade – Hipóteses de competência do STJ que estão elencadas na Carta Magna – Possibilidade, ademais, de análise apenas em caso de existência de flagrante ilegalidade.](#)

Superior Tribunal de Justiça

[MANDADO DE SEGURANÇA – Anistiado político – Impetração diante da omissão no cumprimento integral de Portaria Ministerial relativo à verba indenizatória que amplia efeitos financeiros retroativos – Admissibilidade – Direito líquido e certo que é amparável pela via mandamental, restringindo-se ao cumprimento do pagamento conforme valor nominal previsto na portaria – Juros e correção monetária, ademais, que podem ser buscados em ação própria.](#)

Supremo Tribunal Federal

[AÇÃO PENAL – Nulidade – Inocorrência – Crime de gestão temerária – Negativa de prestação jurisdicional pela ausência de exame detalhado entre o alegado e o entendimento do órgão julgador – Razões de decidir do órgão jurisdicional que são explícitas na decisão e enfrentam todas as causas de pedir veiculadas pela parte – Inteligência do art. 93, IX, da CF/1988.](#)

Tribunal Regional Federal da 3.^a Região

[RESPONSABILIDADE CIVIL - INSS - Dano moral - Indenização - Descontos de parcelas de empréstimo consignado não contratado em pensão por morte da autora - Autarquia que se omitiu na averiguação da efetiva existência do encargo - Verba devida.](#)

Tribunal Superior do Trabalho

[DANO MORAL COLETIVO – Indenização – Ação civil pública – Exploração de trabalho infantil como catador de lixo – Revisão do montante indenizatório – Inadmissibilidade – Majoração do valor arbitrado que só é possível quando fixada em patamar exorbitante ou irrisório – Hipótese em que a condenação atende aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.](#)
